

PROCESSO Nº [.]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [.] /2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI [.] /2026

ANEXO 01

REGULAMENTO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ, A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BARRAGENS PEDREIRA E DUAS PONTES E DE UNIDADE DE TRATAMENTO DO RIO CAMANDUCAIA, E A OPERACIONALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

REGULAMENTO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

Do Objetivo

Artigo 1º - Este regulamento tem por objetivo disciplinar a concessão administrativa para a implantação, operação e manutenção de sistema adutor regional PCJ (Piracicaba – Capivari – Jundiaí), a operação e manutenção das barragens Pedreira e Duas Pontes e de unidade de tratamento do Rio Camanducaia.

CAPÍTULO II

Da Concessão Administrativa

Artigo 2º - O objeto da concessão compreende a implantação, operação e manutenção de sistema adutor regional PCJ (Piracicaba – Capivari – Jundiaí), a operação e manutenção das barragens Pedreira e Duas Pontes e de unidade de tratamento do rio Camanducaia e a operacionalização do fornecimento de água bruta, nos termos do caderno de encargos que acompanha o edital de licitação.

Artigo 3º - O prazo da concessão será de 30 (trinta) anos, contados na forma prevista no contrato de concessão.

CAPÍTULO III

Dos Serviços prestados pela Concessionária

Artigo 4º - A prestação dos serviços pela concessionária inclui, entre outros estabelecidos no contrato de concessão e anexos:

I – A implantação, operação e manutenção de sistema adutor regional PCJ (Piracicaba – Capivari – Jundiaí);

II – A operação e manutenção das barragens Pedreira e Duas Pontes;

III – A operação e manutenção e de unidade de tratamento do rio Camanducaia; e

IV – A operacionalização do fornecimento de água bruta, nos termos das vazões outorgadas pela SP ÁGUAS.

§ 1º - Os serviços serão prestados em conformidade com as especificações constantes no contrato de concessão e anexos, com a legislação vigente à época de sua execução, as normas e a regulamentação complementares, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos pelo poder concedente ou, conforme o caso, pela ARSESP e pela SP ÁGUAS.

§ 2º - A concessionária, por sua conta e risco, poderá contratar com terceiros a execução de atividades integrantes dos serviços, observado o disposto no contrato de concessão e no artigo 25 da Lei Federal nº

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

8.987/1995.

Artigo 5º - A concessionária terá o direito de receber remuneração pela exploração dos serviços concedidos, mediante contraprestação pública efetiva paga pelo poder concedente, nos termos do contrato de concessão, bem como de explorar receitas acessórias.

CAPÍTULO IV

Dos Direitos e das Obrigações da Concessionária

Artigo 6º - São direitos e obrigações da concessionária, durante todo o prazo de concessão, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação pertinente:

I – Prestar os serviços de maneira adequada, com continuidade, regularidade, adequação, segurança e atualidade, durante todo o prazo da concessão, cumprindo e fazendo cumprir integralmente o contrato e seus anexos, com zelo e diligência, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e as determinações do Poder Concedente e da ARSESP;

II – Zelar pela integridade dos bens da concessão, manter livre, desimpedida e desembaraçada a área da concessão, devendo zelar para que não haja ocupação irregular na área da concessão e reparar todos e quaisquer danos causados no sistema, bem como em quaisquer bens de terceiros, em decorrência da exploração do objeto da concessão, podendo solicitar, nas hipóteses em que os danos sejam causados por culpa ou dolo da ARSESP ou do Poder Concedente, ou decorram de fatores de risco ou responsabilidade destes, o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em razão dos custos associados a tal reparação;

III – Disponibilizar, para acervo da ARSESP e do Poder Concedente, o original de todos os projetos, planos, plantas e outros documentos, de qualquer natureza, que se revelem necessários ao desempenho do objeto do Contrato, e que tenham sido especificamente adquiridos ou criados no desenvolvimento das atividades integradas na concessão, inclusive os referentes à execução de investimentos adicionais;

IV – Efetuar as desapropriações, desocupações, instituição de servidões administrativas e ocupações temporárias, quando necessárias à realização dos serviços objeto da concessão, às suas expensas e sob sua responsabilidade, com obediência às disposições da legislação aplicável;

V – Relatar ao Poder Concedente e à ARSESP toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, no prazo estipulado no contrato e seus anexos, inclusive qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

VI – Realizar, por vias próprias ou mediante contratação de terceiros, todas as obras especificadas no contrato, responsabilizando-se integralmente e impedindo que qualquer responsabilização recaia sobre a ARSESP ou o Poder Concedente, inclusive mediante a assunção das despesas e encargos decorrentes dessa responsabilização, mesmo nos casos em que as obras e investimentos não sejam diretamente executados pela concessionária, observados os requisitos de tempestividade e qualidade estabelecidos no Contrato e o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro na hipótese de assunção de custos em decorrência da materialização de risco alocado ao Poder Concedente;

VII – Obter, tempestiva e regularmente, manter e renovar todas as licenças, autorizações, permissões, dentre outras exigências necessárias junto às autoridades municipais, estaduais ou federais porventura envolvidas na

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

implantação das obras do sistema adutor regional PCJ e na prestação dos serviços, incluindo as relacionadas ao atendimento da legislação ambiental, bem como manter vigentes os programas ambientais impostos pela autoridade ambiental em qualquer fase de licenciamento e atender às determinações, condicionantes e medidas mitigadoras estabelecidos pelos órgãos ambientais competentes, ressalvada a obtenção das licenças ambientais relativas às barragens Pedreira e Duas Pontes e à unidade de tratamento do rio Camanducaia, cuja obtenção será de responsabilidade do Poder Concedente, competindo à Concessionária a manutenção e renovação tempestiva dessas licenças; ;

VIII – Cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, bem como assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação com seus empregados e terceirizados, responsabilizando-se, como única empregadora, por todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão-de-obra empregada nas atividades de operação e de manutenção, além das demais por ela praticadas em razão da concessão, bem como pelas determinações legais relativas a seguro e acidente de trabalho;

IX – Cooperar e apoiar o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização da ARSESP, e terceiros por ela autorizados, nos termos do contrato e dos anexos, bem como assegurar, a qualquer momento, o livre acesso às pessoas encarregadas pela fiscalização, ou de qualquer maneira indicadas pela ARSESP, às suas instalações e aos locais onde sejam desenvolvidas atividades relacionadas ao objeto da concessão, observadas as normas de segurança do sistema;

X – Contratar e remunerar certificador independente e verificador independente, para apoiar a ARSESP na fiscalização da implantação e do desempenho da concessionária na prestação dos serviços, respectivamente, na forma do contrato e seus anexos;

XI – Celebrar, com os usuários de recursos hídricos, contratos de fornecimento de água bruta, nos termos e condições do contrato de concessão e seus anexos, até o limite das vazões que lhe forem outorgadas e observada a regulação setorial editada pela SP ÁGUAS, bem como realizar a gestão comercial dos contratos de fornecimento, incluindo a medição, faturamento e cobrança dos preços fixados no contrato de concessão e seus anexos.

CAPÍTULO V

Dos Direitos e das Obrigações do Poder Concedente

Artigo 7º - Incumbe ao Poder Concedente, dentre outros direitos e obrigações previstos no Contrato:

I – Emitir a ordem de início da concessão, após o cumprimento das condições de eficácia, nos termos do contrato;

II – Elaborar os projetos de engenharia, obter os recursos financeiros e as autorizações, outorgas, permissões e licenças, inclusive ambientais, que venham a ser necessários para a execução e operação das obras de implantação das barragens Pedreira e Duas Pontes e da unidade de tratamento do rio Camanducaia;

III – Disponibilizar à Concessionária todos os documentos, informações e o suporte técnico demandados pela concessionária para que esta possa realizar a operação da infraestrutura e dos ativos resultantes das obras de implantação das barragens Pedreira e Duas Pontes e da unidade de tratamento do rio Camanducaia;

IV – Envidar seus melhores esforços para colaborar com a obtenção das licenças e autorizações necessárias à

PROCESSO Nº [.]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [.] /2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

concessionária, para que possa cumprir com o objeto do contrato, inclusive prestando apoio institucional eventualmente necessário;

V – Alterar unilateralmente o contrato, nos termos legais e observadas as disposições do contrato, mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

VI – Intervir na prestação dos serviços, retomá-lo e extinguir a concessão, nos casos previstos em lei e conforme disposições do Contrato;

VII – Emitir a declaração de utilidade pública para que a concessionária conduza as desapropriações das áreas necessárias à exploração dos Serviços e realização dos investimentos integrantes do objeto da concessão, conforme aplicável;

VIII – Emitir o termo de aceite para as obras do sistema adutor regional PCJ implantadas pela concessionária;

IX – Efetuar o pagamento da contraprestação pública mensal efetiva e dos aportes devidos à Concessionária, observado o regramento previsto no contrato;

CAPÍTULO VI

Da Fiscalização dos Serviços Concedidos, do Poder de Polícia Administrativa e das Penalidades

Artigo 8º - A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – ARSESP atuará, na forma prevista no contrato, no acompanhamento da concessão e na fiscalização dos serviços concedidos.

§ 1º - Caberá à ARSESP supervisionar e acompanhar as atividades relativas à prestação dos serviços, a fim de garantir o adequado cumprimento do contrato de concessão, incluindo as seguintes atribuições:

I – Zelar pela adequada execução do contrato, com imparcialidade e isonomia em suas decisões, sempre visando ao sucesso da parceria entre as partes para a consecução dos objetivos do contrato;

II – Fiscalizar o cumprimento das obrigações, de normas e regulamentos atinentes à execução do objeto da concessão, bem como monitorar o cumprimento dos indicadores de desempenho, com apoio do verificador independente;

III – Fiscalizar a condução, pela concessionária, dos processos de desapropriação, desocupações, de ocupações temporárias ou de instituição de servidões, incluindo as ações judiciais e acordos firmados com este fim, bem como fiscalizar a condução das ações de reassentamento;

IV – Envidar seus melhores esforços para colaborar com a obtenção das licenças e autorizações necessárias à concessionária, para que possa cumprir com o objeto do contrato, inclusive com a participação conjunta em reuniões e envio de manifestações eventualmente necessárias;

V – Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observando, entre outros, a necessidade de se preservar a solvência e a liquidez da concessionária, quando da imposição de obrigações não originalmente previstas no contrato e na implementação das recomposições de equilíbrio econômico-financeiro, observadas as competências do Poder Concedente;

VI – Aplicar as penalidades legais e regulamentares, independentemente de previsão contratual, e as contratuais, conforme previsto no contrato e nos seus anexos; e

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

VII – Regularizar a prestação dos serviços visando à adequação ao interesse público, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§ 2º - No exercício da atividade de fiscalização, o Poder Concedente, a ARSESP, o certificador independente e o verificador independente terão acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária, inclusive por via eletrônica e em tempo real.

Artigo 9º - Estão sujeitos à fiscalização e monitoramento todos os serviços de que trata este regulamento.

§ 1º - A fiscalização e monitoramento a que aludem o "caput" deste artigo considerarão os fatores de avaliação de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, segurança e cortesia, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 2º - Os fatores a que se refere o § 1º serão aferidos a partir dos parâmetros definidos no Contrato de Concessão e respectivos anexos.

CAPÍTULO VII

Das Receitas

Artigo 10 - Constituem fontes de receita da Concessionária, a serem auferidas nos termos do Contrato de Concessão:

I – Contraprestação pública mensal efetiva, paga pelo Poder Concedente; e

II – Receitas acessórias, em razão da exploração de fontes alternativas e complementares de receita, desde que tais atividades não prejudiquem a prestação dos serviços e o cumprimento dos indicadores de desempenho.

Parágrafo único - A Concessionária receberá do Poder Concedente, em função dos investimentos efetivamente realizados, aporte de recursos na forma do artigo 6º, §2º, da Lei Federal nº 11.079/2004, na forma disciplinada no Contrato.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Artigo 11 - Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à concessão, transferidos à concessionária ou por ela implantados, na forma prevista em lei e no contrato.

Parágrafo único – Com o advento do termo final do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios a que se refere o “caput” deste artigo poderão ser transferidos à concessionária que eventualmente assumirá a prestação dos serviços de que trata este regulamento, observados os trâmites, prazos, formalidades e obrigações estabelecidos no contrato.

Artigo 12 - Nos termos das normas de organização administrativa vigentes do Estado de São Paulo, poderão ser

PROCESSO Nº [.]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [.] /2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

expedidas normas complementares necessárias à execução deste regulamento.